

## PERCEPÇÕES DOS(AS) PROFESSORES(AS) DA REDE PÚBLICA NA CIDADE DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE ACERCA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Petterson Santos Rocha <sup>1</sup>  
José Alef da Silva <sup>2</sup>  
Maria do Carmo Santos Rocha <sup>3</sup>  
Maria Roberta Souza Silva <sup>4</sup>  
Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda <sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a discussão e análise a respeito do entendimento dos professores da Rede Pública de Ensino referente a Reforma do Ensino Médio, no que diz respeito as medidas norteadas pela Parceria Público Privada (PPP) que promove o desenvolvimento de um modelo padrão de gestão na área educacional. Tal reforma é articulada sobre uma visão mercadológica com principais focos na padronização do ensino, cumprimento das metas educacionais estipuladas e resultados a serem atingidos pelos professores e consequentemente pela instituição. Diante desse cenário, esta produção pretende analisar de uma forma mais profunda os impactos e impressões dos docentes no tocante a essa fase de adaptação até a implementação efetiva da reforma do ensino médio.

**Palavras-chave:** Reforma do ensino médio, Parceria público privada, Rede pública de ensino.

### INTRODUÇÃO

Em um contexto atual em que as parcerias público-privadas no âmbito educacional é algo presente no cotidiano, devido uma construção histórico-pedagógica, eventos que sucederam e acarretaram ao modelo atual adotado na educação brasileira considerado como um objetivo a ser alcançado, tais fenômenos serão abordados ao decorrer desta produção.

Levando em consideração alguns fatos, durante o limiar do século XXI, as colaborações e/ou parcerias entre os setores público e privado são tidas como uma opção interessante para a prestação de serviços na área educacional brasileira (PERONI, 2017). Vale ressaltar, que a

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [petterson.rocha@ufpe.br](mailto:petterson.rocha@ufpe.br);

<sup>2</sup> Graduando pelo Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [josealef.silva@ufpe.br](mailto:josealef.silva@ufpe.br);

<sup>3</sup> Pós-Graduada do Curso de Psico-Pedagogia da Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão - FAINTVISA, [mcrocha16@hotmail.com](mailto:mcrocha16@hotmail.com);

<sup>4</sup> Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [mariaroberta.silva@ufpe.br](mailto:mariaroberta.silva@ufpe.br);

<sup>5</sup> Professor orientador: doutorado em sociologia, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [marcelo.gmiranda@ufpe.br](mailto:marcelo.gmiranda@ufpe.br).

Parceria Público Privada (PPP) são contratos de transigência em que o parceiro privado faz investimentos para prestar algum serviço recebendo em troca isenção na cobrança de tarifas.

Como ressalta Adrião (2012), a (PPP) se faz cada vez mais presente, em decorrência das reformas da gestão pública, que buscam se firmar, frente ao pretexto da necessidade de um aumento na eficiência por parte do Estado. Essa melhoria da eficiência seria proporcionada através de mecanismos da gestão privada no funcionamento do setor público. Isso faz com que algumas características do setor privado permeiem o setor público, o que pouco a pouco vai promovendo uma cultura relacionada a lógica do mercado entre alunos.

Esses mecanismos da iniciativa privada, segundo Rossi (2017), são introduzidos no contexto da escola pública. Assim, ela acaba adquirindo uma visão educacional mercadológica, com foco em padronizações, metas e resultados. Essa visão acaba afetando negativamente o quadro educacional. Uma vez que, deveria levar em consideração o ambiente educacional como sendo algo muito específico e individual à cada cenário pedagógico onde as escolas e os indivíduos estão inseridos.

Alguns desses mecanismos constitui uma ótica com ideais no neotecnicismo, que conforme Freitas (2012), possui três categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. Onde, o principal esforço é no sentido do controle dos processos, com o intuito em atingir os resultados estabelecidos, e com medições em testes padronizados, acarretando em uma visão mercadológica que se faz presente no contexto educacional.

Quando essa visão mercadológica se torna tão enraizada, acaba ocorrendo um fenômeno denominado privatização do público, em que, segundo Peroni (2017), reforça que, os investidores tentam dar uma direção para a educação que privilegia a lógica de mercado. Isto posto, essa relação cria uma conjuntura de que, quando é proposta alguma reforma na área educacional, não se é levada em consideração a opinião dos principais interessados (equipe gestora da escola, docentes, alunos e pais de alunos), não são buscadas discussões com a comunidade escolar.

Esse trabalho é de conclusão da disciplina de Políticas Educacionais. Para além disso, essa pesquisa conta com o objetivo geral que é analisar como os professores da rede pública do ensino médio da cidade de Camocim-PE, percebem os impactos da reforma do ensino médio. Como objetivos específicos, tivemos: **i)** Identificar aspectos em que a reforma do ensino médio possui influência com relação às práticas dos professores de Camocim-PE; **ii)** Verificar a percepção dos professores de Camocim-PE, em relação à reforma do ensino médio e **iii)**

Compreender as articulações dos professores de Camocim-PE, em suas ações na aplicação da reforma do ensino médio em seu cotidiano.

## **METODOLOGIA**

De modo a atingirmos o nosso objetivo geral: Analisar como os professores da rede pública do ensino médio da cidade de Camocim-PE, percebem os impactos da reforma do ensino médio. Priorizamos desenvolver essa pesquisa em uma abordagem qualitativa, que para Liebscher (1998), apresenta-se como um estudo em que o(a) pesquisador(a) propõe-se entender com mais profundidade o objeto de pesquisa abordado. Outrossim, a pesquisa engloba a tipologia descritiva, que segundo Gil (1999), proporciona a descrição de características de determinados fenômenos.

Para a produção da pesquisa tivemos como participantes, cinco professores (as), que atuam na rede pública e lecionam aos estudantes do ensino médio, na cidade de Camocim-PE. A escolha dos(as) participantes se deu por apresentarem em seu cotidiano contato direto com aspectos relacionados à reforma do ensino médio.

A geração dos dados, envolveu o uso de um instrumento em específico: o questionário eletrônico, devido às limitações no que se tange as medidas de segurança necessárias no contexto da pandemia restringimo-nos a esse método de produção dos dados.

O questionário eletrônico, que em concordância com Gil (1987) “a construção do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos” (GIL, 1987, p. 126). Para a obtenção dos dados, o questionário eletrônico foi realizado individualmente e registrado por meio de um formulário eletrônico, através da plataforma Google Forms, com intuito de atender aos objetivos específicos.

A análise de dados apenas se inspirou na perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (1977), devido às limitações da presente pandemia, vimo-nos limitados em nossas ações como pesquisadores para manter todas as medidas de segurança recomendadas pelos órgãos competentes. Por conseguinte, os dados obtidos foram transcritos, categorizados, inferidos e interpretados, com a finalidade de respondermos a nossa indagação: Quais as percepções dos(as) professores(as) da rede pública na cidade de Camocim de São Félix-PE acerca da reforma do ensino médio? O Quadro 1 mostra as categorias elaboradas.

**Quadro 1:** Categorias de análise

Categoria 1	Aspectos em que a reforma do ensino médio possui influência nas práticas dos professores;
Categoria 2	Relação dos(as) professores(as) com a reforma do ensino médio;
Categoria 3	Articulação da aplicação da reforma do ensino médio no cotidiano dos professores.

**Fonte:** Própria (2021)

Destacamos que para resguardar a identidade dos(as) participantes em nossas discussões, seus nomes foram substituídos pelas designações: A1, A2, A3, A4 e A5. Participantes esses, que são professores(as) da rede pública na cidade de Camocim de São Félix, mais especificamente em uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM).

Detalhando mais um pouco acerca dos componentes questionados, temos que: A1 refere-se à um professor da disciplina de Geografia e, leciona aos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. A2, professor de Matemática, leciona aos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. A3, faz menção à professora de Matemática, que leciona aos 1º e 2º anos do ensino médio. A4, professor de Sociologia e Filosofia, leciona aos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. A5, professor de Matemática, leciona na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), módulo 3, correspondente ao último ano do ensino médio.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### NOVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÕES

Para entender melhor essa conjuntura das parcerias público privada, alguns autores demonstram como acontecem as relações de associação entre as esferas públicas e privadas, com o intuito de obterem vantagens mútuas. Segundo Rossi (2017), essas PPP acontecem em um contexto em que o Estado inicia um movimento que tende a sua diminuição, seguindo o sentido da lógica do neoliberalismo.

Desse modo, as instituições privadas, por um lado buscam se apresentarem como parceira da gestão pública, fornecendo mão de obra para algumas funções (serviços terceirizados); e por outro lado, diminuindo a presença da gestão pública e suas formas de atuação. Nessas PPP existe ainda a tentativa de implementar um modelo padrão de gestão estatal gerencial.

Nesse sentido, as reformas, depois dos anos 90, tendem a introduzir alguns mecanismos da gestão privada no Estado a fim de aumentar sua eficiência. De acordo com Rossi (2017), basicamente são três estratégias utilizadas nessa introdução de gestão privada: ambientes mais competitivos através do sistema de premiação; alterar a gerência das instituições públicas, ao Estado ficando encarregado apenas do financiamento; por fim, transferir algum serviço que o Estado também ofereça para o setor privado “não lucrativo”.

Nesse contexto, a lógica da gestão passa a ser a do mercado. “O Estado passa a ser um grande supermercado, dividido em seções, onde o ‘cliente’ vai em busca das suas necessidades, supridas por programas de governo pontuais” (ROSSI, 2010, p. 53). E a padronização da prática pedagógica é um reflexo dessa lógica mercadológica.

Essa metodologia, em sua essência, desconsidera o processo pedagógico, uma vez que desconsidera o processo educacional como um ambiente contextualizado socialmente, fisicamente, economicamente. Dessa forma, uma padronização em sua prática pedagógica seria ignorar completamente essas variáveis e impor para o ambiente escolar uma realidade não condizente com a prática nem que satisfaça as demandas específicas de cada comunidade escolar.

Com relação a isso, surgem alguns estudos de como o Estado deveria agir, para Borges (2003, p.130), “Estado deve pairar livremente sobre grupos e interesses em conflito, agindo como um árbitro imparcial no sentido de garantir o cumprimento das “regras do jogo””. Essa foi uma questão que foi muito discutida, mas o consenso não pôde ser atingido ainda, devido as divergências dos resultados obtidos em pesquisas.

É necessário o entendimento de como essa parceria afeta de forma prática as instituições educacionais. Em 2017 o ex-presidente Michel Temer sancionou a lei que estabelece a reforma do ensino médio, que se caracteriza como um reflexo dessa parceria, e obteve um grande impacto na mídia do país durante um bom tempo. De início, foi ilustrada como uma medida provisória, tendo força imediata de lei.

A lei 12.414/2017, foi apresentada com o intuito de estabelecer mudanças ao ensino médio, especificamente falando na flexibilização do currículo, permitindo de certa forma os próprios alunos nortearem seus estudos, optando por priorizar a área que mais estivessem interessados. Uma reforma desse porte foi instituída sem a colaboração ou participação dos profissionais da área da educação e até mesmo sem levar em consideração as opiniões dos que

seriam os principais interessados: sociedade, comunidade escolar e educadores, como ressalta Lino (2017):

O uso da medida provisória caracteriza uma forma autoritária de legislar, que sinaliza o desprezo pelo necessário diálogo acadêmico e legislativo, típico de um regime de exceção. A alteração da LDB de forma açodada, sem o debate sobre os impactos que a Reforma produzirá a médio e longo prazo, pode ser considerada, no mínimo, como irresponsável e inadequada, e compromete a oferta de qualidade desse nível de ensino [...]. (LINO, 2017, p.77).

A atual reforma do Ensino Médio promoveu alterações radicais perante a proposta da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), como demonstra Ferretti (2018). Diante disso, foram abordadas questões sobre o conteúdo da política ao flexibilizar o currículo de forma mais propícia contemplando a diversidade, diferentes tipos de juventude e respectivas culturas.

Assim, a partir das mudanças curriculares, seria facilitado o entendimento dos estudantes do Ensino Médio, seguindo uma busca na supostamente melhorar sua qualidade, que apresentara muitas lacunas na formação dos alunos, além da percepção de haver uma necessidade de torná-lo mais atrativo aos alunos em virtude dos altos índices de evasão e repetência.

Essa lei foi uma forma de maquiagem a realidade que omite a redução de direitos. O simples aumento da carga horária de determinadas disciplinas proposto como ressignificação do tempo integral não satisfaz a concepção de educação integral ou de “referência”, (LINO 2017). Porém, está longe de enriquecer ou tornar mais atraente a formação. Atua mais na ampliação do descompasso do ensino com o interesse dos alunos.

Diversos pesquisadores questionam a respeito da necessidade haver uma nova reforma do Ensino Médio de forma tão imediata. Nesse caminho Leão, (2018, p. 2), afirma que, “Considero importante iniciar uma análise sobre o tema explorando um pouco essa imagem da urgência, já que ela também foi usada como argumento central para a edição da MP 746/2016 recentemente aprovada como Lei 13.415/17. Por qual ou quais motivos é urgente reestruturar o ensino médio?”

Em frente à tanta urgência muitos aspectos negativos foram desconsiderados para formular a referida reforma, pois “a Lei parece insistir na perspectiva de que o conjunto dos problemas presentes no Ensino Médio público poderá ser resolvido por meio da alteração curricular” (FERRETI, 2018, p.27).

O que se faz necessário entender primeiro é sobre qual é o papel da escola, no contexto atual. Nesse sentido, Rodrigues (2000) ressalta que as essas tarefas da escola ultrapassam

objetivos de apenas a preparação dos estudantes para o trabalho. Sobre ela, recai a pretensão para uma formação cidadã. Assim sendo, a educação do nível médio, deve se atualizar tanto no contexto histórico, social e tecnológico dos jovens que compõem esse âmbito educacional.

Alguns aspectos como a interdisciplinaridade e a contextualização, constituem o recurso para avançar o obstáculo do arbítrio da proposição das áreas ofertadas na escola, de certa forma, adequando-as aos estudantes e também ao ambiente socioeconômico em que estes estão inseridos. Ou seja, segundo a reforma tais recursos, a interdisciplinaridade e contextualização são capazes de viabilizar a reorganização das experiências dos agentes escolares, a fim de causar uma revisão em suas práticas, para que acarrete em uma discussão referente ao que ensinam e a metodologia aplicada durante esse processo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir será apresentado inferências e alguns estratos obtidos a partir dos posicionamentos colocados pelos(as) participantes da pesquisa. Cabe destacar que para melhor organização, a síntese foi organizada em três tópicos, que farão referências as categorias mostradas no Quadro 1 (presente na Metodologia).

### **Categoria I - Aspectos em que a reforma do ensino médio possui influência nas práticas dos professores**

Com a intenção de identificar aspectos que remetem ao envolvimento da reforma do ensino médio nas práticas dos(as) professores(as) de Camocim - PE, indagamos aos(as) participantes: Senhor (a) professor (a), você atua nessa função, antes da aplicação da reforma do ensino médio? No caso de sim, descreva algumas mudanças que ocorreram na sua prática docente. Com isso, obtivemos o estrato:

Sim, atuo em sala de aula na área de ciências humanas desde 1989. As mudanças ocorridas na educação são várias: atualmente por força destas alterações criou-se uma disciplina “nova” para o ensino médio denominada ELETIVA onde a escola oferece várias disciplinas e o aluno escolhe a que melhor lhe convier. São renovações que o aluno que tenta dar ao estudante certa liberdade e autonomia, já é uma preparação para enfrentar as modificações que estão por vir. [...], muitos pais vão reclamando e dizendo que deixaram o que fazer para estarem ali ouvido conversas, esta questão é sempre lamentável (A4, prof. de Sociologia e Filosofia - 32 anos de docência).

O fragmento de A4, nos remete claramente sobre a implementação da reforma, com o intuito de atingir interesses do âmbito privado, especificamente a responsabilização, uma vez que, ao poder escolher as disciplinas que irão cursar, um reflexo de tal ação é a culpabilização

dos alunos, ou seja, eles se tornam os responsáveis por suas aprovações ou reprovações, esse fenômeno é abordado mais profundamente por Freitas (2012).

Para entender melhor os aspectos em que a reforma do ensino médio possui influência durante as práticas dos professores de Camocim-PE, questionamos os(as) participantes: Senhor (a) professor (a), nas suas aulas, você se preocupa em seguir as proposições da reforma do ensino médio? Se sim, cite ao menos um exemplo de como é aplicado um dos itens que constam na reforma. Daí surgiu o estrato:

Sim. Leciono duas disciplinas: matemática (em quatro turmas) e uma disciplina eletiva, a disciplina eletiva é composta por um público das diversas turmas da escola, ou seja, não segue as turmas convencionais, e sim, a escolha é dos alunos, similar, as eletivas da universidade. [...] Na eletiva temos uma liberdade maior nesse momento, dado que podemos criar a ementa a fim de atender os anseios dos discentes, mas buscando desenvolver as habilidades elencadas pela BNCC para essa etapa de ensino. Nesse semestre a disciplina eletiva que leciono é: "Jogos: história, desmistificação e matematização" (A2, prof. de Matemática e uma eletiva – 7 anos de docência).

Essa tendência comportamental, de uma preocupação dos docentes pelo cumprimento dos pontos estabelecidos, de certa forma trata-se de um reflexo quanto a outro ponto da visão mercadológica também abordado por Freitas (2012), seria o foco em atingir metas, apesar de possuírem um direcionamento quanto a formação do aluno crítico, carregam uma relação muito em alcançar metas e o cumprimento das propostas estipuladas, que também é uma característica arraigada à reforma.

A resposta de A4 referente ao mesmo questionamento feito a A2 deixa ainda mais forte essa afirmação, ele diz que:

Sim. Nós somos incentivados a seguir estas proposições, pois é aquele adágio popular “Não podemos dançar fora de ritmo.” Um exemplo é que usamos alguns descritores (itens da BNCC), onde um tema que é usado por exemplo em Matemática deve ser visto em todas as outras disciplinas para dar aquela conformidade de interdisciplinaridade. “O direito a aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.” [...] Só enumerando algumas deficiências; o não acesso à tecnologia, outros a têm, mas com muita dificuldade, outras questões de ordem financeira, acesso aos meios de comunicação em fim, podemos afirmar e confirmar que: “nossa educação ainda caminha em passos de águias e tartarugas.” Somos um país com padrão de dificuldades (A4, prof. de Sociologia e Filosofia - 32 anos de docência).

Nessa fala, A4 expõe a padronização existente no contexto educacional, que é um dos principais fatores que se fazem presente nas Parcerias Público Privada (PPP). O novo modelo de administração pública apresentado pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (Pdrae) buscava implementar um padrão de gestão gerencial. No novo modelo proposto, as empresas estatais deviam ser privatizadas e o Estado não necessitava mais produzir bens para o mercado (ROSSI, 2017, p. 562).

Esse estrato da resposta de A4, mostra que a grande heterogeneidade educacional no contexto do Brasil não é apenas resultado das diferentes habilidades, interesses e anseios naturais à cada indivíduo. Ela é também, para além disso, em boa medida, criada pela sociedade por meio de um preponderante mecanismo gerador de desigualdade de oportunidade no âmbito educacional e de transmissão intergeracional da pobreza já concebida (BARROS et alii, 2001).

## **Categoria II - Relação dos(as) professores(as) com a reforma do ensino médio**

Com o intuito de verificar como os professores de Camocim-PE, se apresentam em relação à reforma do ensino médio, apresentamos aos participantes da pesquisa duas questões. A primeira situação envolveu a seguinte problemática: O (a) Senhor (a) professor (a), considera a reforma do ensino médio como algo positivo ou negativo? Detalhe o motivo de tal posicionamento. Daí surgiram:

Tem seu lado positivo e seu lado negativo. O lado positivo será a adequação dos currículos a necessidade dos alunos. O lado negativo é a falta de preparação dos profissionais e acho que o Brasil quer aplicar de forma muito forçada o que dá certo em países muito diferente do nosso e de maneira muito desordenada e desorganizada (A3, prof. de Matemática – 18 anos de docência).

Positivo, mas precisa de ajustes constantes (A1, prof. de Geografia – 18 anos de docência).

A3 aponta além de uma despreparação dos profissionais e que se faz presente uma imposição de fatores que obtiveram sucesso em outros países. Estudiosos consideram essa reforma, denominada de “novo pacote”, como uma forma de resolver um problema existente e implementar no Brasil “um sistema que deu certo em países como Austrália e Inglaterra” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 79).

Visando fortalecer a análise acerca do objeto em investigação, o segundo problema proposto aos participantes da pesquisa foi: Senhor (a) professor (a), quais mudanças que você sugere e considera importante na contribuição de um modo geral para reforma, visando beneficiar o processo educacional. Daí surgiram os estratos:

Ter material adequado, tanto para nós como para os estudantes, como foi falado antes sermos reconhecido (A5, prof. de Matemática – 15 anos de docência).

Que as escolas tenham suas estruturas melhoradas, principalmente no que tange a tecnologias, e espaços laborais, e que o ENEM ou qualquer outra prova que venha substituir (se for o caso), consiga ter um grau de personificação que acompanhe a base (A2, prof. de Matemática e uma eletiva – 7 anos de docência).

É evidente que os participantes A5 e A2 não se preocuparam em modificar o conteúdo da reforma. A principal inquietação deles foi em melhorias no que tange aos materiais didáticos

para uma aplicação mais efetiva do que é abordado na reforma do ensino médio. Esse fenômeno foi abordado anteriormente e agora se evidencia ainda mais a percepção dos professores sobre a reforma do ensino médio.

### **Categoria III - Articulação da aplicação da reforma do ensino médio no cotidiano dos professores**

Para fortalecer as discussões sobre a reforma do ensino médio nas atividades presentes no cotidiano dos(as) professores(as), foi articulada uma questão para que assim, foi possível a compreensão de como os professores de Camocim-PE, articulam suas ações para aplicar a reforma do ensino médio em seu cotidiano. O questionamento foi: senhor (a) professor (a), você percebe que a reforma do ensino médio de alguma forma limitada suas ações docentes? Caso a resposta seja afirmativa, cite um exemplo. Dessa forma, conseguimos os seguintes fragmentos:

Sim. Toda obediência devida a uma lei, após ela ser determinada pelo cumpra-se de certa forma você é coagido a cumprir certas determinações. Nós professores somos os funcionários que mais cumprimos regras determinadas por todas as esferas do poder exemplo: obedecemos às leis que regem a educação, funcionários das Gerências regionais de educação, dos diretores e coordenadores pedagógicos (A4, prof. de Sociologia e Filosofia - 32 anos de docência).

Não, ao contrário, temos a possibilidade de aprofundar, porém, mais uma vez, se tivéssemos materiais adequado seria bem melhor. Como somos brasileiros sempre damos um jeitinho, por isso não somos reconhecidos, sabem que tendo ou não material o professor consegue seus resultados (A5, prof. de Matemática – 15 anos de docência).

Nesses estratos, podemos constatar uma oposição de ideias, enquanto A4 acredita que há limitações em suas ações docentes por cumprirem regras de diferentes instancias e acabam e ele destaca que a educação não é um processo que deve ser padronizado.

Entretanto, A5 ressalta a escassez de materiais didáticos adequados em suas práticas, e pontua que o professor independente das condições existentes na sala, consegue seus resultados ou metas, esse acontecimento é refletido na medida em que as escolas públicas passam a se comportar de fato como empresas, com metas e bônus por cumprimento, ainda que, antes da instauração do índice, já se efetivasse no país um processo de flexibilização e precarização do trabalho docente (OLIVEIRA, 2004).

Essas respostas resumem os pontos que abordamos. Além desses tais pontos, A4 traz críticas quanto a esse processo educacional que está sendo implementado e a maneira em que tal evento está ocorrendo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentado no que é abordado pela comunidade científica acerca da reforma do ensino médio, o estudo realizado com os(as) participantes da pesquisa nos possibilitou analisar como os professores da rede pública do ensino médio da cidade de Camocim-PE, percebem os impactos da reforma do ensino médio.

Em nossas inferências pudemos observar que alguns trazem traços críticos quanto ao impacto no que abrange a reforma do ensino médio. Todavia, apenas um entrevistado teve o pensamento focado em relação à situação de obediência às ordens que são imputadas sobre o docente. Há no geral, uma maior preocupação com os materiais didáticos que os professores dispõem, talvez porque com eles, seja mais fácil atingir as metas estipuladas e assim classifiquem como sucesso educacional nos parâmetros estipulados, esse é um ponto que cabe mais investigações.

Das categorias: i) Aspectos em que a reforma do ensino médio possui influência nas práticas dos professores; ii) Relação dos(as) professores(as) com a reforma do ensino médio e iii) Articulação da aplicação da reforma do ensino médio no cotidiano dos professores, podemos concluir que:

Categoria i: O principal aspecto abordado é a flexibilidade do currículo escolar e preocupação quanto a desproporcionalidade do acesso à escolha das disciplinas. Uma vez que, afirmam que cidades mais desenvolvidas podem ofertar mais disciplinas que cidades menos desenvolvidas.

Categoria ii: A principal relação existente é a de adaptação, para que em 2022 a reforma possa ser implementada em sua totalidade, no momento, os professores apenas citam se tratar de um período de aprendizado quanto a essa nova realidade curricular.

Categoria iii: Nesse posicionamento, vale a pena ressaltar que em geral não foi constatado muitas articulações que precisaram ser realizadas nas práticas cotidianas dos docentes.

Com isso, podemos concluir que em relação a este tema, muito se tem ainda a descobrir e se pesquisar, principalmente no que se refere à outras disciplinas, apesar de que os entrevistados fazem parte de componentes curriculares comuns, ainda sim sentiram os impactos desse processo de adaptação à reforma do ensino médio.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa; PINHEIRO, Denise. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, 2012.
- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. 2001.
- BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 52, p. 125-138, 2003.
- DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 63-79, 2000.
- FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **ESTUDOS AVANÇADOS 32** (93), 2018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEÃO, Geraldo Magela Pereira. O que os jovens podem esperar da Reforma do Ensino Médio? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 134, 2018.
- LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. **Library Trends**, Urbana, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.
- LINO, Lucília Augusta. As ameaças da reforma – Desqualificação e Exclusão. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 75-90, jan./jun. 2017.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; DE LIMA, Paula Valim. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2017.
- RITTO, Cecília; WEINBERG, Monica. **A nova cor do Ensino Médio**. Revista VEJA: Editora Abril, edição 2497 – ano 49 – nº 39, 28 de setembro de 2016.
- ROSSI, Alexandre José; LUMERTZ, Juliana Selau; PIRES, Daniela de Oliveira. As parcerias público-privadas na educação: cerceando autonomia e gestão democrática. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 557-570, 2017.